REPRESENTANTES DO CEARÁ NO PARLAMENTO DO IMPERIO.

Relação extrahida de diversas publicações officiaes e offerecida ao Instituto do Ceará pelo socio correspondente

Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay.

Representantes do Ceará no Senado Imperial

Marquez de Aracaty (João Carlos Augusto de Oeyenhausen), conselheiro de fazenda, official general do exercito; nomeado em 1826 e exonerado em 1831, por se ter ausentado do Imperio, acompanhando a D. Pedro I, sem licença do Senado (1).

—João Antonio Rodrigues de Carvalho, magistrado; nomeado em 1826 e fallecido em 1840.

—Pedro José da Costa Barros, official superior do exercito; nomeado em 1826 e fallecido em 1839 (2).

—Domingos da Motta Teixeira, ecclesiastico; nomeado em 1826 e exonerado a seu pedido em 1827,

(1) O Marquez de Aracaty foi ministro de estrangeiros no gabinete de 20 de Novembro de 1827, e no de 5 de Abril de 1831.

(2) Pedro José da Costa Barros foi ministro de marinha no gabinete de 10 de Novembro de 1823.

por se achar impossibilitado pela idade e molestia a vir prestar juramento.

—Marquez de Lages (João Vieira de Carvalho), conselheiro de estado e official general do exercito; nomeado em 1829 e fallecido em 1847 (3).

—José Martiniano de Alencar, ecclesiastico; nomeado em 1832 e fallecido em 1860.

—Marquez de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida), conselheiro de estado, nomeado em 1840 e fallecido em 1865 (4).

—Manuel do Nascimento Castro e Silva, funccionario publico, nomeado em 1841 e fallecido em 1846.

—Candido Baptista de Oliveira, conselheiro de estado; nomeado em 1848 e fallecido em 1865 (5).

—Francisco de Paula Pessôa, capitalista; nomeado em 1848 e fallecido em 1879.

—Antonio José Machado, magistrado; nomeado em 1861 e fallecido no mesmo anno.

—Miguel Fernandes Vieira, magistrado; nomeado em 1862 e fallecido no mesmo anno.

—Thomaz Pompeu de Souza Brazil, ecclesiastico; nomeado em 1864 e fallecido em 1877.

—Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, magistrado aposentado; nomeado em 1870 e fallecido em 1878.

---

(3) O Marquez de Lages serviu como ministro em 1822, como ministro da guerra no gabinete de 16 de Janeiro, no de 17 de Julho de 1823, no de 10 de Novembro de 1823, no de 21 de Novembro de 1825, no de 21 de Janeiro de 1826, no de 15 de Janeiro de 1827, no de 5 de Abril de 1831, no de 1 de Novembro de 1836, no de 1 de Setembro de 1839.

(4) O Marquez de Abrantes occupou a pasta da fazenda no gabinete de 20 de Novembro de 1827, a de estrangeiros no de 4 de Dezembro de 1829, a da fazenda no de 19 de Setembro de 1837, no de 23 de Março de 1841, a de estrangeiros no de 30 de Maio de 1862 (Presidencia do Marquez de Olinda).

(5) Candido Baptista de Oliveira foi ministro de estrangeiros no gabinete de 16 de Abril de 1839 e da marinha no de 22 de Maio de 1847 (Presidencia de Alves Branco).

—Visconde de Jaguaribe (Domingos José Nogueira Jaguaribe); nomeado em 1870 e fallecido em 1893.

—Vicente Alves de Paula Pessoa, magistrado aposentado; nomeado em 1881 e fallecido em 1888.

—João Ernesto Viriato de Medeiros, engenheiro civil; nomeado em 1881 e fallecido em 1900.

—Liberato de Castro Carreira, doutor em medicina; nomeado em 1881 e fallecido em 1902.

—Antonio Pinto Nogueira Accioly, nomeado em 1889, bacharel em direito.

Quando o Governo Provisorio extinguiu a Camara Vitalicia representavam o Ceará os quatro Senadores:

Visconde de Jaguaribe
João Ernesto Viriato de Medeiros
Liberato de Castro Carreira
Antonio Pinto Nogueira Accioly.

O ultimo, embora já escolhido por Carta Imperial, ainda não fora reconhecido quando se deu a revolução de 15 de Novembro de 1889.

Representantes do Ceará nas Côrtes Portuguezas

Assembléa Constituinte e Assembléa Legislativa do Imperio do Brazil (Camara dos Deputados).

Cortes Portuguezas (1821—1822)

Pedro José da Costa Barros (Foi Senador do Imperio).

Manoel do Nascimento Castro e Silva (Foi Senador do Imperio).

José Martiniano de Alencar (Foi Senador do Imperio).

Padre Manoel Felippe Gonçalves.
Padre Antonio José Moreira.

Assembléa Constituinte (1823)

Pedro José da Costa Barros.
Padre José Martiniano de Alencar.
Padre Manuel Pacheco Pimentel.
Padre José Joaquim Xavier Sobreira.
João Antonio Rodrigues de Carvalho (Foi Senador do Imperio).
José Marianno de Albuquerque Cavalcante, militar.
Padre Manuel Ribeiro Bessa de Hollanda Cavalcante.
Padre Antonio Manuel de Souza (Não tomou assento).

Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brazil (1826—1889)

1.ª Legislatura (1826—1829)

Eleição por provincias. Systema indirecto ou eleição de dous gráos, segundo as instrucções de 26 de Março de 1824.

Manuel do Nascimento Castro e Silva.
Antonio de Castro Vianna.
Marcos Antonio Bricio, tenente-coronel, depois Barão de Jaguary.
Antonio Joaquim de Moura.
Manuel José de Albuquerque.
Joaquim José Barbosa.
Joaquim Marcellino de Brito.
José Gervasio de Queiroz Carreira, major (1).

(1) Tomou assento como supplente do deputado Pedro José da Costa Barros, nomeado senador em Abril de 1826.

2.ª LEGISLATURA (1830—1833)

Padre José Martiniano de Alencar (2).
Manuel do Nascimento Castro e Silva.
Antonio de Salles Nunes Belfort (3).
Vicente Ferreira de Castro e Silva.
José Rabello de Souza Pereira.
Padre Manoel Pacheco Pimentel.
Padre Francisco de Paula Barros (4).
Antonio Joaquim de Moura.

3.ª LEGISLATURA (1834—1837)

José Antonio Pereira Ibiapina, bacharel em direito.
Manuel do Nascimento Castro e Silva.
José Mariano de Albuquerque Cavalcante.
Padre Antonio Pinto de Mendonça.
Vicente Ferreira de Castro e Silva.
Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, magistrado (Foi Senador do Imperio).
Joaquim Ignacio da Costa Miranda.
Francisco Alves Pontes.

4.ª LEGISLATURA (1838—1841)

André Bastos de Oliveira, magistrado (5).
Manuel do Nascimento Castro e Silva.
João Capistrano Bandeira de Mello, lente de direito (6).

---

(2) Nomeado senador em Abril de 1832, foi substituido na sessão de 1832 por Joaquim Ignacio da Costa Miranda e em 1833 por Gregorio Francisco Torres de Vasconcellos.

(3) Não tomou assento, e tendo fallecido, substituiu-o, na sessão de 1833 Francisco Joaquim de Souza Campello.

(4) Na sessão de 1833 substituiu-o Francisco Alves Pontes.

(5) Foi substituido na sessão de 1840 pelo bacharel Antonio José Machado.

(6) Foi substituido na sessão de 1841 pelo bacharel Jeronymo Martiniano Figueira de Mello.

Joaquim Ignacio da Costa Miranda.
Vicente Ferreira de Castro e Silva.
Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar.
Padre José Ferreira Lima Sucupira.
José Marianno de Albuquerque Cavalcanti.

Camara dissolvida em 1842

Nesse anno foi a Camara temporaria dissolvida por decreto de 1.º de Maio. Até essa data, porem, tinham sido reconhecidos os seguintes deputados

Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar.
Vicente Ferreira de Castro e Silva.
Francisco de Salles Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim.
João Capistrano Bandeira de Mello.
José Marianno de Albuquerque Cavalcante.
Joaquim Ignacio da Costa Miranda.
Alexandre Maria de Mariz Sarmento.
Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja.

5.ª Legislatura (1843—1844)

Miguel Fernandes Vieira, magistrado.
Manuel José de Albuquerque.
Francisco de Souza Martins, bacharel em direito.
Antonio Pinto de Mendonça, padre (7).
José Joaquim Coelho, brigadeiro, depois Barão de Victoria (8).
José da Costa Barros, padre (9).

---

(7) O supplente Bacharel Hyppolito Cassiano Pamplona substituiu-o na sessão de 1858.

(8) Foi substituido em 1844 pelo Bacharel José Pereira da Graça Junior. Presidiu o Ceará em 1841.

(9) Foi substituido em 1844 pelo Bacharel José Bernardo Galvão Alcanforado.

André Bastos de Oliveira (10).
Antonio José Machado, magistrado.

6.ª LEGISLATURA (1845 – 1847)

Antonio Pinto de Mendonça.
Frederico Augusto Pamplona, bacharel (11).
Joaquim José da Cruz Secco, magistrado.
Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Padre.
Manuel Soares da Silva Bezerra, bacharel em direito.
Vicente Ferreira de Castro e Silva.
João Fernandes de Barros, bacharel em direito (12).
Thomaz Pompeu de Souza Brazil, padre (13).

7.ª LEGISLATURA (1848)

Eleição por Provincias. Systema Indirecto ou Eleição de Dous Graus.

(Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846)

José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, doutor em medicina.
Frederico Augusto Pamplona.
Joaquim Saldanha Marinho, bacharel em direito.
João Fernandes de Barros.

---

(10) Foi substituido em 1840 por Antonio José Machado, em 1853 por Ignacio Joaquim Barbosa, em 1854 por Aprigio Justiniano da Silva Gulmarães, nas sessões de 1859 e 1860 pelo supplente Bacharel José Vicente Duarte Brandão.

(11) Foi substituido em 1847 pelo Bacharel José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva. Presidiu o Rio Grande do Norte em 1847.

(12) Pae do Dr. José Julio de A. Barros, que foi deputado na 13.ª legislatura.

(13) Foi por muitos annos o chefe liberal da Provincia.

Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, bacharel em direito.

Thomaz Pompeu de Souza Brazil.

Carlos Augusto Peixoto de Alencar.

Domingos Carlos de Saboia, padre.

8.ª LEGISLATURA (1850—1852)

Miguel Fernandes Vieira.

Antonio José Machado.

André Bastos de Oliveira.

José Pereira da Graça Junior, bacharel em direito (14).

Pedro Pereira da Silva Guimarães, bacharel em direito.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima, magistrado.

Francisco Domingues da Silva, magistrado.

João Capistrano Bandeira de Mello.

9.ª LEGISLATURA (1853—1856)

Miguel Fernandes Vieira.

Francisco Domingues da Silva (15).

Domingos José Nogueira Jaguaribe, magistrado (16).

Manuel Theophilo Gaspar de Oliveira, bacharel em direito.

Antonio José Machado.

João Capistrano Bandeira de Mello (17).

André Bastos de Oliveira (18).

Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

---

(14) Foi substituido na sessão de 1852 por Ignacio Joaquim Barbosa, bacharel em direito.

(15) Foi substituido durante a sessão de 1854 pelo bacharel Pedro Pereira da Silva Guimarães.

(16) Substituido na sessão de 1853 por Manuel José de Albuquerque e na de 1855 pelo bacharel Aprigio Justiniano da Silva Guimarães.

(17) Substituido em 1851 pelo bacharel Jeronymo Macario Figueira de Mello.

(18) Substituido na sessão de 1853 pelo bacharel Ignacio Joaquim Barbosa e na de 1854 por Aprigio Justiniano da Silva Guimarães.

10.ª LEGISLATURA (1857—1860)

Eleição por districto de um só deputado (com supplentes). Systema Indirecto ou Eleição de dous graus.

(*Lei n.º 842 de 19 de Setembro de 1855*)

1.º Districto—Antonio José Machado.
Raymundo Ferreira de Araujo Lima, Supplente.

2.º Districto—Francisco Domingues da Silva (19).
José Camillo Linhares, Supplente.

3.º Districto—Sebastião Gonçalves da Silva, magistrado.
José Bevilacqua, padre. Supplente.

4.º Districto—Domingos José Nogueira Jaguaribe (20).
Raymundo Francisco Ribeiro, padre. Supplente.

5.º Districto—Antonio Pinto de Mendonça (21).
Hippolito Cassiano Pamplona, bacharel em direito. Supplente.

6.º Districto—Miguel Fernandes Vieira (22).
Manuel Fernandes Vieira, magistrado. Supplente.

7.º Districto—Francisco de Araujo Lima, magistrado (23).
Gervasio Cicero de Albuquerque Mello, bacharel em direito. Supplente.

---

(19) Substituido na sessão de 1858 pelo respectivo supplente.

(20) Substituido em 1858 pelo respectivo supplente.

(21) Substituido em 1858 pelo respectivo supplente.

(22) Foi substituido na sessão de 1860 pelo respectivo supplente.

(23) Foi substituido na sessão de 1859 pelo respectivo supplente.

8.º Districto—André Bastos de Oliveira (24).
José Vicente Duarte Brandão, bacharel em direito. Supplente.

11.ª LEGISLATURA (1861—1864)

Eleição por circulo de tres deputados. Systema indirecto ou Eleição de dous graus.

(Lei n.º 1082 de 18 de Agosto de 1860)

1.º Districto—Jeronymo Martiniano Figr.ª de Mello.
José Martiniano de Alencar, bacharel em direito.
Manuel Fernandes Vieira.
2.º Districto—Jeronymo Macario Figueira de Mello, advogado.
João Capistrano Bandeira de Mello.
Domingos José Nogueira Jaguaribe.
3.º Districto—Miguel Fernandes Vieira.
Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

12.ª LEGISLATURA (1864—1866)

1.º Districto—Antonio Pinto de Mendonça.
Frederico Augusto Pamplona (25).
José Liberato Barroso, lente de direito (26).
2.º Districto—Antonio Joaquim Rodrigues Junior, bacharel em direito.
José Antonio de Figueiredo, lente de direito.
Raymundo Francisco Ribeiro, padre.

---

(24) Foi substituido nas sessões de 1859 e 1860 pelo respectivo supplente.

(25) Tendo fallecido em Outubro de 1865, foi eleito em seu lugar o bacharel Domingos José Nogueira Jaguaribe, que tomou assento a 16 de Maio de 1866.

(26) Nomeado Ministro do Imperio em 31 de Agosto de 1864 foi eleito deputado pelo primeiro districto e tomou assento a 2 de Maio de 1865.

3.º Districto—Bernardo Duarte Brandão, depois Barão do Crato.
Leandro Chaves de Mello Ratisbona, bacharel em direito.

13.ª LEGISLATURA (1867—1870)

1.º Districto—José Avelino Gurgel do Amaral, bacharel em direito.
Joaquim Bento de Souza Andrade, doutor em medicina.
João Ernesto Viriato de Medeiros, engenheiro civil.

2.º Districto—Francisco de Paula Pessoa Junior, bacharel em direito.
Hippolyto Cassiano Pamplona, bacharel em direito.
José Julio de Albuquerque Barros, depois Barão de Sobral, doutor em direito.

3.º Districto—Barão do Crato, bacharel em direito.
Leandro Chaves de Mello Ratisbonna.

14.ª LEGISLATURA (1869—1872)

1.º Districto—Domingos José Nogueira Jaguaribe (27).
José Martiniano de Alencar.
Manuel Fernandes Vieira.

2.º Districto—Domingos José Pinto Braga Junior.
Justino Domingues da Silva, padre.
Jeronymo Martiniano Figueira de Mello (28).

3.º Districto—Raymundo Ferreira de Araujo Lima (29).
Tristão de Alencar Araripe, magistrado.

---

(27) Sendo nomeado Senador do Imperio, substituiu-o o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello.

(28) Sendo nomeado Senador do Imperio, substituiu-o o Commendador José Antonio Moreira da Rocha.

(29) Sendo nomeado ministro da guerra em 9 de Novembro de 1870, foi eleito pelo 3.º districto.

15.ª Legislatura (1872—1875)

1.º Districto—Antonio Ferreira dos Santos Caminha, bacharel em direito.
José Martiniano de Alencar.
Manuel Fernandes Vieira.
2.º Districto—João Capistrano Bandeira de Mello.
José Bernardo Galvão Alcoforado, bacharel em direito.
Paulino Nogueira Borges da Fonseca, bacharel em direito.
3.º Districto—Raymundo Ferreira de Araujo Lima.
Tristão de Alencar Araripe.

16.ª Legislatura (1876—1878

Systema Indirecto ou Eleição de dous graus.—Lei do terço ou da representação das minorias.

(*Lei n.º 2375 de 20 de Outubro de 1875*)

Barão de Aquiraz.
Francisco Domingues da Silva.
José Martiniano de Alencar (30).
Leandro Bezerra Monteiro, bacharel em direito.
Manuel Fernandes Vieira.
Paulino Nogueira Borges da Fonseca.
Raymundo Ferreira de Araujo Lima.
Tristão de Alencar Araripe.

17.ª Legislatura (1878—1881)

Antonio Joaquim Rodrigues Junior.
Francisco de Paula Pessoa Filho (31).

---

(30) Tendo fallecido a 12 de Dezembro de 1877 não se procedeu á nova eleição.

(31) Tendo fallecido a 2 de Agosto de 1879, substituiu-o o bacharel Antonio Pinto Nogueira Accioli.

João Brigido dos Santos.
João Ernesto Viriato de Medeiros.
Joaquim Bento de Souza Andrade.
José Liberato Barroso.
Theodureto Carlos de Farias Souto, bacharel em direito.
Thomaz Pompeu de Souza Brazil, bacharel em direito.

18.ª LEGISLATURA (1881 —1884)

1.ª Legislatura de Eleição Directa

(Lei n.º 3029 de 9 de Janeiro de 1881)

(Districto de um só Deputado)

1.º Districto—Meton da Franca Alencar, medico; eleito em 2.º escrutinio (Liberal).
2.º » —Antonio Finto de Mendonça, bacharel em direito, eleito em 2.º escrutinio (Conservador).
3.º » —José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, bacharel em mathematicas, 2.º escrutinio (Liberal).
4.º » —Antonio Joaquim Rodrigues Junior (Liberal) (32).
5.º » —Barão de Canindé, doutor em medicina (Conservador).
6.º » —Leandro Chaves de Mello Ratisbonna (Liberal).
7.º » —Thomaz Pompeu de Souza Brazil (2.º escrutinio), Liberal.
8.º » —Alvaro Caminha Tavares Silva, bacharel em direito (2.º escrutinio) Conservador.

(32) Nomeado ministro da guerra a 24 de Maio de 1883, foi eleito em 1.º escrutinio.

19.ª Legislatura (1885)

1.º Districto—Frederico Augusto Borges, doutor em direito (Conservador).
2.º » —Antonio Pinto de Mendonça (Conservador).
3.º » —José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti (Liberal).
4.º » —Antonio Joaquim Rodrigues Junior (Liberal).
5.º » —Miguel Joaquim de Almeida Castro, bacharel em direito (Liberal).
6.º » —Leandro Chaves de Mello Ratisbonna (Liberal).
7.º » —Thomaz Pompeu de Souza Brazil Filho, Liberal (2.º escrutinio).
8.º » —Alvaro Caminha Tavares da Silva (Conservador).

20.ª Legislatura 1886—1889)

1.º Districto—Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal, bacharel em direito (Conservador).
2.º » —Tristão de Alencar Araripe (Conservador).
3.º » —Barão de Canindé (Conservador).
4.º » —Antonio Joaquim Rodrigues Junior (Liberal).
5.º » —José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti (Liberal).
6.º » —Leandro Chaves de Mello Ratisbonna (Liberal).
7.º » —Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, doutor em medicina (Conservador).
8.º » —Alvaro Caminha Tavares da Silva (Conservador).

—

Os trabalhos da 21.ª legislatura que deviam começar, em sessão extraordinaria, a 15 de Novembro de 1889, constaram apenas de algumas sessões preparatorias, suspendendo-os a revolução republicana.

QUADRO Synoptico dos deputados do Ceará ás Cortes Portuguezas, á Assembléa Constituinte e ás diversas legislaturas da Assembléa Legislativa do Imperio do Brasil.

Alexandre Maria de Mariz Sarmento, Camara dissolvida em 1842.

Alvaro Caminha Tavares da Silva, 18.ª, 19.ª e 20.ª legislaturas.

André Bastos de Oliveira, 4.ª, 5.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª legislaturas.

Antonio de Castro Vianna, 1.ª legislatura.

Antonio Ferreira dos Santos Caminha, 15.ª legislatura.

Antonio Joaquim de Moura, 1.ª e 2.ª legislaturas. Foi presidente de Alagoas em 1835-1836.

Antonio Joaquim Rodrigues Junior, 12.ª, 17.ª, 18.ª, 19.ª e 20.ª legislaturas.

Antonio José Machado, 4.ª, 5.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª legislaturas.

Antonio José Moreira, Cortes Portuguezas.

Antonio Manuel de Souza, Assembléa Constituinte.

Antonio Pinto de Mendonça, 3.ª, 5.ª, 6.ª, 10.ª e 12.ª legislaturas.

Antonio Pinto de Mendonça Filho, 18.ª e 19.ª legislaturas.

Antonio Pinto Nogueira Accioly, 17.ª legislatura.

Antonio de Salles Nunes Belfort, 2.ª legislatura.

Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, 9.ª legislatura.

Barão de Aquiraz, 16.ª legislatura.

Barão de Canindé, 18.ª e 20.ª legislaturas.

Barão do Crato (Bernardo Duarte Brandão), 12.ª e 13.ª legislaturas.

Carlos Augusto Peixoto de Alencar, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª legislaturas e Camara dissolvida em 1842.

Domingos Carlos de Saboia, 7.ª legislatura.

Domingos José Nogueira Jaguaribe, 9.ª, 10.ª, 11.ª, 12.ª e 14.ª legislaturas. Magistrado. Foi substituido em 1853 por Manuel José de Albuquerque e em 1859 por Aprigio Justiniano da Silva Guimarães; em 1856 pelo supplente P.e Raymundo Francisco Ribeiro; em 1866 foi eleito em logar de Frederico Augusto Pamplona, fallecido. Senador em 1870. Em 1871 foi ministro da guerra no gabinete de 7 de Março de 1871 (Rio Branco).

Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, 20.ª legislatura.

Domingos José Pinto Braga Junior, 14.ª legislatura.

Francisco Alves Pontes, 3.ª legislatura.

Francisco de Araujo Lima, 10.ª legislatura. Magistrado. Presidiu a Parahyba de 1861 a 1864.

Francisco Domingues da Silva, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 16.ª legislaturas. Magistrado.

Francisco Joaquim de Souza Campello, 2.ª legislatura.

Francisco de Paula Barros, 2.ª legislatura.

Francisco de Paula Pessoa Junior, 13.ª e 17.ª legislaturas.

Francisco de Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim), Camara dissolvida em 1842. Senador em 1870 pelo Rio Grande do Norte; ministro da Fazenda em 1858 e 1870, gabinete de 12 de Dezembro de 1858 (Abaeté) e 29 de Setembro de 1870 (São Vicente).

Francisco de Souza Martins, 5.ª legislatura. Bacharel em direito; presidiu o Ceará em 1840 e a Bahia de 1834 a 1836.

Frederico Augusto Borges, 19.ª legislatura.

Frederico Augusto Pamplona, 6.ª, 7.ª e 12.ª legislaturas.

Gervasio Cicero de Albuquerque Méllo, 10.ª legislatura. Supplente na 13.ª legislatura. Presidiu o Piauhy (1873-1874).

Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja, Camara dissolvida em 1842. Ministro na justiça em 1836.

Gregorio Francisco Torres de Vasconcellos, 2.ª legislatura.

Hippolyto Cassiano Pamplona, 10.ª e 13.ª legislaturas. Bacharel em direito. Supplente na 13.ª legislatura.

Ignacio Joaquim Barbosa, 8.ª legislatura. Presidiu Sergipe (1853-1856).

Jeronymo Macario Figueira de Mello, 9.ª e 10.ª legislaturas. Bacharel em direito.

Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, 3.ª, 11.ª e 14.ª legislaturas. Magistrado, nomeado senador do Imperio em 1870 substituiu-o José Antonio Moreira da Rocha; presidiu o Maranhão em 1843 e o Rio Grande do Sul em 1871-1872.

Joaquim Bento de Souza Andrade, 13.ª e 17.ª legislaturas.

Joaquim José Barbosa, 1.ª legislatura.

Joaquim José da Cruz Secco, 6.ª legislatura.

Joaquim Marcellino de Brito, 1.ª legislatura. Presidiu Pernambuco em 1844 e Sergipe em 1831-1833. Ministro do Imperio e da Justiça em 1845 e 1846.

Joaquim Saldanha Marinho, 7.ª legislatura. Bacharel em direito. Presidiu São Paulo em 1867-1868 e Minas 1865-1867.

Joaquim Ignacio da Costa Miranda, 3.ª e 4.ª legislaturas e Camara dissolvida em 1842.

João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.ª legislatura. Presidiu Santa Catharina em 1824-1825.

João Barbosa Cordeiro, 5.ª legislatura.

João Brigido dos Santos, 17.ª legislatura.

João Capistrano Bandeira de Mello, 4.ª, 8.ª, 9.ª, 11.ª, legislaturas e Camara dissolvida em 1842. Foi substituido em 1841 por Jeronymo Martiniano Figueira de Mello; em 1853 pelo bacharel Jeronymo Macario Figueira de Mello. Presidiu a Parahyba, Alagôas e Minas (1853-1854; 1848-1849).

João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 15.ª legislatura. Presidiu Santa Catharina (1875-1876).

João Ernesto Viriato de Medeiros, 13.ª e 17.ª legislaturas.

João Fernandes de Barros, 6.ª e 7.ª legislaturas.

José Antonio de Figueiredo, 12.ª legislatura.

José Antonio Moreira da Rocha, 14.ª legislatura.

José Antonio Pereira Ibiapina, 3.ª legislatura.

José Assis Alves Branco Muniz Barreto, 7.ª legislatura. Doutor em medicina.

José Avelino Gurgel do Amaral, 13.ª legislatura. Bacharel em direito.

José Bernardo Galvão Alcoforado, 5.ª legislatura. Bacharel em direito.

José Bernardo Galvão Alcoforado Junior, 15.ª legislatura. Bacharel em direito, presidiu o Rio Grande do Norte em 1875-1876.

José Bevilacqua, 10.ª legislatura. Ecclesiastico; supplente na 10.ª legislatura.

José Camillo Linhares, 10.ª legislatura. Supplente na 10.ª legislatura.

José da Costa Barros, 5.ª legislatura.

José Ferreira Lima Sucupira, 4.ª legislatura. Ecclesiastico.

José Gervasio de Queiroz Carreira, 1.ª legislatura. Militar. Tomou assento como supplente do deputado Pedro José da Costa Barros nomeado senador em Abril de 1826.

José Joaquim Coelho, (Barão da Victoria), 5.ª legislatura.

José Joaquim Xavier Sobreira, Assembléa Constituinte. Ecclesiastico.

José Julio de Albuquerque Barros (Barão de Sobral), 13.ª legislatura. Doutor em direito. Presidiu o Ceará (1878-1880) e o Rio Grande do Sul (1883-1885).

José Liberato Barroso, 12.ª e 17.ª legislaturas. Lente de direito. Presidiu Pernambuco em 1882. Foi ministro do Imperio em 1864 no gabinete 31 de Agosto (Furtado).

José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Assembléa Constituinte, 3.ª, 4.ª legislaturas e Camara dissolvida em 1842. Militar.

José Martiniano de Alencar, Cortes Portuguezas, Assembléa Constituinte e 2.ª legislatura. Ecclesiastico. Nomeado senador em Abril de 1832. Substituiu-o na sessão de 1832 Joaquim Ignacio da Costa Miranda e na de 1833 Gregorio Francisco Torres de Vasconcellos. Presidiu o Ceará (1834-1837 e 1840-1841).

José Martiniano de Alencar, 11.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª legislaturas. Bacharel em direito. Ministro da justiça no ministerio Itaborahy (1868).

José Pereira da Graça Junior, 5.ª e 8.ª legislaturas.

José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, 18.ª, 19.ª e 20.ª legislaturas.

José Rebello de Souza Pereira, 2.ª legislatura.

José Vicente Duarte Brandão, 10.ª legislatura. Bacharel em direito, supplente na 10.ª legislatura.

José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva, 6.ª legislatura. Bacharel em direito.

Justino Domingues da Silva, 14.ª legislatura. Ecclesiastico.

Leandro Bezerra Monteiro, 16.ª legislatura. Bacharel em direito.

Leandro Chaves de Mello Ratisbonna, 12.ª, 13.ª, 18.ª, 19.ª e 20.ª legislaturas. Bacharel em direito.

Manuel Ambrosio da Silveira Torres Portugal, 20.ª legislatura. Bacharel em direito.

Manuel Felippe Gonçalves, Cortes Portuguezas. Ecclesiastico.

Manuel Fernandes Vieira, 10.ª, 11.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª legislaturas. Magistrado. Supplente na 10.ª legislatura.

Manuel José de Albuquerque, 1.ª, 5.ª e 9.ª legislaturas.

Manuel do Nascimento Castro e Silva, Côrtes Portuguezas, 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª legislaturas. Funccionario publico. Presidiu o Rio Grande do Norte (1825-1827). Foi ministro da fazenda em 1834, 1835 e 1836.

Manuel Pacheco Pimentel, Assembléa Constituinte e 2.ª legislatura. Ecclesiastico.

Manuel Ribeiro Bessa de Hollanda Cavalcanti, Assembléa Constituinte. Ecclesiastico.

Manuel Soares da Silva Bezerra, 6.ª legislatura. Bacharel em direito.

Manuel Theophilo Gaspar de Oliveira, 9.ª legislatura.

Marcos Antonio Bricio (Barão de Jaguary), 1.ª legislatura. Militar.

Meton da Franca Alencar, 18.ª legislatura.

Miguel Fernandes Vieira, 5.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª legislaturas. Magistrado.

Miguel Joaquim de Almeida Castro, 19.ª legislatura. Bacharel em direito. Presidiu o Piauhy (1882-1883).

Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, 7.ª legislatura. Bacharel em direito.

Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 15.ª e 16.ª legislaturas. Bacharel em direito.

Pedro José da Costa Barros, Côrtes Portuguezas e Assembléa Constituinte. Official superior do Thesouro. Nomeado senador em 1826. Presidiu o Maranhão (1825-1828) e o Ceará (1824-1825). Foi ministro da marinha em 1823.

Pedro Pereira da Silva Guimarães, 8.ª e 9.ª legislaturas. Bacharel em direito.

Raymundo Ferreira de Araujo Lima, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª, 14.ª, 15.ª e 16.ª legislaturas. Magistrado. Ministro da guerra em 1870 no gabinete de 29 de Setembro (S. Vicente).

Raymundo Francisco Ribeiro, 10.ª e 12.ª legislaturas. Ecclesiastico. Supplente na 10.ª legislatura.

Sebastião Gonçalves da Silva, 10.ª legislatura.

Theodureto Carlos de Faria Souto, 17.ª legislatura. Bacharel em direito. Presidiu Santa Catharina em 1883 e o Amazonas em 1884.

Thomaz Pompeu de Souza Brazil, 6.ª e 7.ª legislaturas.

Thomaz Pompeu de Souza Brazil, 17.ª e 19.ª legislaturas. Bacharel em direito.

Tristão de Alencar Araripe, 14.ª, 15.ª, 16.ª, 17.ª, 18.ª e 20.ª legislaturas. Magistrado. Presidiu o Pará (1885-1886) e o Rio Grande do Sul (1876-1877).

Vicente Ferreira de Castro e Silva, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª legislaturas e Camara dissolvida em 1842.